




ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR JUNTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

EDUCATIONAL SUPPORT PROFESSIONALS PERFORMANCE WITH STUDENTS WITH DISABILITIES DURING THE COVID-19 PANDEMIC

 <https://orcid.org/0000-0002-0724-7378>, Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz 1^A

 <https://orcid.org/0000-0002-1158-203X>, Andréa Carvalho Ramos 2^B

 <https://orcid.org/0000-0002-2061-1832>, Márcia Helena da Silva Melo 3^C

^A Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

^B Rede Municipal de Ensino de São Paulo (SME/SP), São Paulo, SP, Brasil

^C Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil

Recebido em: 08 ago. 2022 | **Aceito em:** 30 nov. 2022

Correspondência: Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz (fernanda.queiroz@ufba.br)

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer a atuação dos profissionais de apoio junto aos estudantes com deficiência da Educação Básica durante o período de isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19, na opinião desses profissionais. O artigo se articula teoricamente aos aspectos educacionais e do desenvolvimento humano abordados na Psicologia Histórico-Cultural, de acordo com Vygotsky, outros autores da mesma perspectiva e sob os ditames da Lei Brasileira de Inclusão nº13.146/15, em especial no período de distanciamento social que a pandemia do Covid-19 impôs à toda sociedade. Particularmente, em relação às escolas, sejam públicas ou privadas, os prejuízos aos estudantes têm sido reportados em várias dimensões. Este estudo consiste numa pesquisa descritiva, quanti e qualitativa desenvolvida por meio da aplicação de um questionário virtual voltado aos Profissionais de apoio/Cuidadores escolares. Participaram 62 Profissionais de apoio que atuavam em escolas da Educação Básica em todo o território nacional. Nos resultados e discussão deste estudo apresenta-se primeiramente, o perfil dos profissionais de apoio e na sequência as categorias temáticas: Atuação antes da pandemia, Durante o período de isolamento físico e Planejamento profissional para a volta às aulas. Conclui-se que poucos cuidadores permaneceram em contato com o estudante que atendiam e suas famílias no período pandêmico. Fato que pode ter ocasionado restrições às orientações e informações referentes aos cuidados com a higiene do estudante e sua família, podendo ocasionar reflexos na saúde, que poderia ter sido realizada de forma remota pelo cuidador após receber formação adequada, disponibilizada pelas redes de ensino, sobre a temática.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Profissional de apoio; Cuidadores; Pandemia.

Abstract

This research aims to know the performance of the educational support professionals with the students with disabilities of the basic education during the social distancing imposed by the COVID-19 pandemic, in the views of these professionals. Relating theoretically to the



educational and human development aspects addressed in Historical-Cultural Psychology, according to Vygotsky (1997), other authors from the same perspective and under the dictates of the Brazilian Inclusion Law nº 13.146/15, and especially in the period of social distancing that the Covid-19 pandemic has imposed on society as a whole. Particularly, to the schools, both public and private, in the entirety of the country. This study consists of descriptive, quantitative and qualitative research developed using a virtual form to the support professional and the school's caregivers. In the study, 62 paraprofessionals who worked in Basic Education schools participated throughout the national territory. In the results and discussion of this study, the profile of support professionals is presented first and then the thematic categories: Performance before the pandemic, During the period of physical isolation and Professional planning for back to school. It is concluded that few caregivers remained in contact with the student they cared for and their families during the pandemic period. This fact may have resulted in restrictions on the guidelines and information regarding the hygiene care of the student and his family, which may have repercussions on health, which could have been carried out remotely by the caregiver after receiving adequate training, made available by the education networks, on the theme.

Keywords: Inclusive education; Pandemic; Caregivers; Paraprofessionals

Introdução

Pelo incremento da perspectiva educacional inclusiva, atualmente muitos estudantes com deficiência frequentam as escolas comuns de Educação Básica. Segundo Gomes e Barbosa (2006) a inclusão escolar de crianças com algum tipo de deficiência é fato recente na educação brasileira. Apesar de a ação educacional estar respaldada nas leis e apresentar grandes avanços, esse é um processo que apresenta inúmeras dificuldades, sendo um grande desafio a ser superado por todos aqueles que nele estão envolvidos (MENDES, 2006).

Neste sentido, a proposição desta pesquisa se insere na integração da perspectiva educacional inclusiva, conforme o referencial teórico de Stainback e Stainback (1999) que abordam os benefícios da educação inclusiva para todos, independentemente da condição de apresentar alguma deficiência e a importância da participação da comunidade para a efetivação deste processo inclusivo, relacionando teoricamente aos aspectos educacionais e do desenvolvimento humano abordados na Psicologia Histórico-Cultural, de acordo com Vygotsky (1997) e outros autores da mesma perspectiva que o sucederam.

Ao se conceber a instituição escolar, em uma perspectiva inclusiva, vislumbra-se a necessidade de efetivação de uma rede de apoio e serviços, voltados ao acesso e permanência do estudante público-alvo da educação especial, que é compreendido pelos alunos com deficiências, seja intelectual, sensorial, como a surdez ou a cegueira, deficiência física ou

múltipla, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades/ superdotação de acordo com o Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº13.146/15, cabe ao poder público assegurar estes serviços necessários a escolarização da pessoa com deficiência, como o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), guias intérpretes e profissionais de apoio, considerando as características funcionais do estudante com deficiência. De acordo com esta Lei considera-se profissional de apoio escolar:

peessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Anteriormente, a nota técnica nº 19/2010 do Ministério da Educação (MEC) tratava da temática dos profissionais de apoio para alunos com deficiências e TGD matriculados nas escolas comuns, indicava o cuidador escolar como o responsável pela higiene, locomoção e alimentação do aluno com deficiência que precisasse desta assistência (BRASIL, 2010).

Na escola inclusiva o profissional de apoio, também denominado cuidador em algumas localidades, é um agente favorecedor da inclusão no ambiente escolar por contribuir com seus cuidados na higiene, alimentação, locomoção e outros serviços, possibilitando a permanência e participação de estudante com deficiências mais severas nas atividades escolares.

No Brasil, a partir de março de 2020, as escolas suspenderam suas aulas devido ao decreto de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19 e naquele momento não tinha sido descoberto medicamento ou vacina eficaz.

Frente a esta realidade, o Conselho Nacional de Educação, sob o Parecer nº 11/2020 procurou tecer orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas presenciais e virtuais no contexto da Pandemia, aprovado em 7 de julho de 2020, o qual apresentava a intencionalidade de garantir a equidade e a não discriminação da pessoa com deficiência, neste contexto pandêmico. No entanto, posteriormente, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, o reexame do Item 8, no qual constavam orientações para o atendimento ao público da educação especial, do Parecer CNE/CP nº 11/2020 (BRASIL, 2020a, 2020b).

O movimento social das pessoas com deficiência considerou o Item 8 do referido parecer discriminatório e então, foi solicitado seu reexame, reafirmando a responsabilidade do

poder público de garantir, em situações de risco, emergência e calamidade pública, a proteção e segurança das pessoas com deficiência, como é estabelecido no Título II, Capítulo do Direito à Vida - artigo 10º da LBI (BRASIL, 2015).

Diante deste contexto precipitado pela pandemia, da falta de conhecimento acadêmico e científico e das dificuldades que o mundo enfrentava neste período, situações de emergência foram adotadas, sejam voltadas à área da saúde, social e econômica entre outras, às medidas prioritárias de proteção à vida e à segurança do ser humano. Na área escolar pode ser notado a insuficiência de respaldo aos estudantes e aos profissionais da educação.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo conhecer a atuação dos profissionais de apoio junto aos estudantes com deficiência da Educação Básica durante o período de isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19, na opinião desses profissionais e se justifica ao se perceber que ainda há poucas pesquisas investigando como ocorreram as atividades escolares neste período de isolamento social, no Brasil e no mundo. Por este motivo vislumbrou-se a necessidade de conhecer como está acontecendo este apoio aos estudantes com deficiência, sob o enfoque a perspectiva educacional inclusiva, pela garantia de direitos, que expressa que todos os estudantes devem ter suas diferenças respeitadas e acesso ao currículo escolar em condições de equidade. Para isso, podem precisar do AEE, da Tecnologia Assistiva, de profissionais de apoio, entre outros serviços para atender suas especificidades educacionais, conforme disposto em na legislação nacional vigente (BRASIL, 1996, 2011, 2015).

Método

O presente estudo consiste numa pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa que buscou saber como se efetivou a relação dos cuidadores escolares com os estudantes que eles apoiavam e suas famílias, por meio virtual e analisar sua atuação junto aos estudantes com deficiência da Educação Básica durante o período de isolamento social decorrente a pandemia da Covid-19. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa com seres humanos CAAE: 34652520.0.0000.5531, parecer número: 4.153.712.

Participantes, local e período

Participaram desta pesquisa 62 profissionais que atuavam nos cuidados junto aos educandos com deficiência, prioritariamente na alimentação, locomoção e higiene em escolas da Educação Básica no Brasil. Para atingir o objetivo proposto, os participantes após lerem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitarem participar da pesquisa, expressando

seu aceite digitalmente, preencheram um questionário virtual, onde relataram suas experiências profissionais, incluindo sobremaneira o período de isolamento social, decorrente da pandemia do COVID-19. O questionário foi disponibilizado durante o mês de agosto de 2020.

Equipamentos, Instrumentos e Procedimentos para coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de questionário virtual acompanhado de orientações quanto ao público-alvo e o objetivo, cujo link de acesso foi divulgado em redes sociais de grupos de cuidadores e demais profissionais da educação que incluem profissionais de apoio dentre seus membros. Este questionário continha perguntas abertas e fechadas, elaboradas pelas pesquisadoras e fora submetido a uma aplicação piloto, para verificação da clareza das perguntas e refinamento metodológico, com o auxílio de membros da equipe de pesquisa das autoras.

O questionário era autoexplicativo e sem tempo limite para envio da resposta, podendo o participante levar o tempo que achasse necessário para responder, bem como, interromper o preenchimento e retomar quantas vezes desejasse. Porém, ao final, depois de clicar no botão de envio do questionário respondido, não era permitido retomar o preenchimento. Para responder ao instrumento era necessário que os participantes tivessem acesso a equipamento com internet como, smartphone, notebook, computador ou tablet, onde receberam o link para o acesso ao questionário, pelas redes sociais como o *Whatsapp* e *Facebook*.

Procedimentos para análise dos dados

As questões fechadas foram analisadas mediante estatística descritiva e as questões abertas de acordo com a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Foi realizada uma leitura flutuante prévia. Na sequência, os conteúdos significativos das respostas dos participantes foram agrupados em categorias temáticas. Sendo que cada conteúdo expresso só pode ser incluído em uma única categoria e conforme esta perspectiva de análise estas categorias surgiram *a posteriori*, ou seja, a partir das respostas dos participantes.

Assim, serão apresentados os resultados e discussão, primeiramente do perfil desses profissionais participantes da pesquisa e na sequência as categorias temáticas, elaboradas pela análise de conteúdo, de acordo com o encadeamento proposto por Bardin (2011). As categorias que emergiram desta análise foram: Atuação antes da pandemia, Durante o período de isolamento físico e Planejamento profissional para a volta às aulas.

Resultados e Discussão

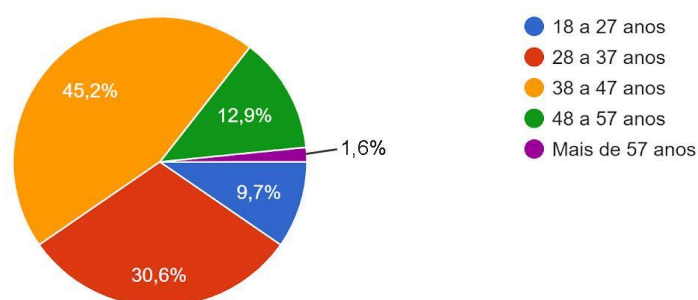
Para compreensão da atuação dos Profissionais de apoio escolar durante o período de isolamento físico, decorrente da pandemia do COVID-19, foi necessário investigar também acerca de seus saberes e fazeres anteriores a este período. Conforme apontam pesquisadores da área, foram encontradas uma diversidade de nomenclaturas e formas de atuação deste profissional em diferentes localidades (LOPES, 2018; BEZERRA, 2020; QUEIROZ, 2020).

Perfil dos Profissionais de apoio/Cuidadores Escolares

Participaram da pesquisa 62 profissionais que atuavam nos cuidados junto aos educandos com deficiências na alimentação, locomoção e higiene em escolas da Educação Básica no Brasil. O questionário foi respondido por pessoas dos estados de São Paulo (68%), Bahia (29%) e Paraíba (3%). Não retornaram questionários respondidos advindos dos demais estados brasileiros. Participaram 93% pessoas do gênero feminino e 7% do gênero masculino, distribuídos por diversos municípios desses estados. A presença feminina como profissional de apoio também foi marcada no estudo de Martins (2011) que abrangeu dois municípios catarinenses. Conforme demonstrado na Figura 1 eles possuíam a seguinte divisão de faixa etária: 45,2% pessoas entre 38 a 47 anos, 30,6% pessoas entre 28 a 37 anos, 12,9% pessoas entre 48 a 57 anos, 9,7% pessoas entre 18 a 27 anos e 1,6% pessoa com mais de 57 anos.

Figura 1 - Faixa etária dos participantes (n=62)

Faixa etária:



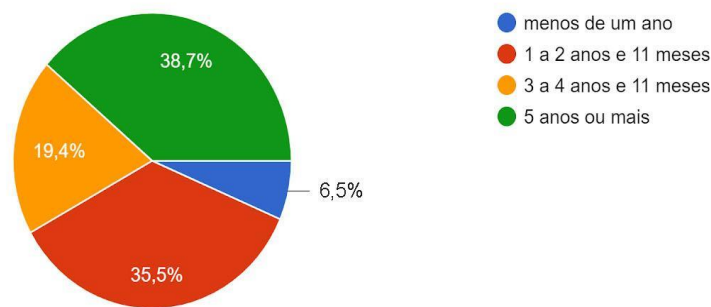
Fonte: Elaborada pelas autoras.

A nomenclatura designada para a sua função na localidade de exercício foi apontada pelos participantes como: Auxiliar de Vida Escolar (AVE), 66%; Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), 24%; Cuidador 6%, Estagiário 2%, Intérprete de LIBRAS, 2%. Nota-se que a nomenclatura instituída pela legislação (LBI), Profissional de apoio, não foi mencionada por nenhum dos participantes.

Na pesquisa, também foi perguntado o tempo de exercício da função de Cuidador. A figura 2 demonstra que 5 anos ou mais de exercício, foi respondido por 38,7% dos participantes; seguido por 35,5% de cuidadores com 1 a 2 anos e 11 meses de função; 3 a 4 anos e 11 meses, respondido por 19,4%; e 6,5%, menos de um ano.

Figura 2 - Tempo de exercício profissional na função (n = 62)

Há quanto tempo você exerce esta função?



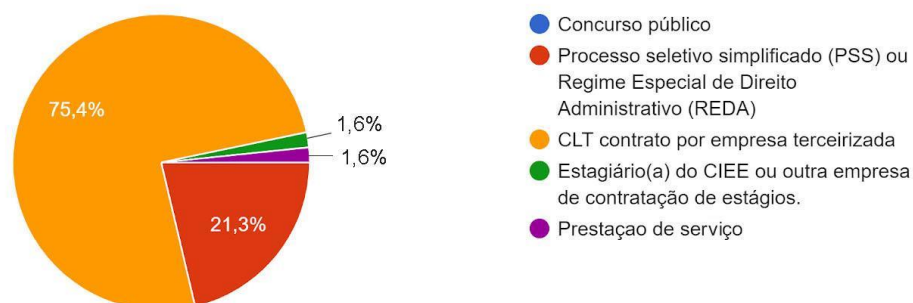
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os dados revelaram que mais de 66,1% dos participantes auxiliavam estudantes com deficiência do Ensino Fundamental, o que era de se esperar dado que o maior contingente de estudantes se concentra nesta etapa educacional, reafirmado no censo do Inep de 2021 (BRASIL, 2021). Mencionaram auxiliar estudantes da Educação Infantil (creche ou pré-escola), 35,5%, e 16,1%, alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio de maneira concomitante.

Conforme demonstrado na Figura 3, 61 participantes responderam sobre a forma de contrato de trabalho, sendo 75,4% em regime de CLT contratado por empresa terceirizada que presta serviço à rede de ensino; 21,3%, por meio de processo seletivo simplificado (PSS), ou Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), 1,6 % sinalizaram trabalho como estagiário através do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) ou outra empresa de contratação de estagiários e 1,6% revelaram outra forma de Prestação de Serviço.

Figura 3 - Forma de contrato de trabalho (n = 61)

Qual a forma de contrato de trabalho?



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Nota-se que nenhum participante mencionou ingresso via concurso público para o exercício da função. O elevado número de profissionais que afirmaram contrato de trabalho por empresa terceirizada e PSS ou REDA demonstraram a precarização do exercício desta função com seus reflexos no público-alvo da educação Especial. Conforme exposto na pesquisa sobre o profissional de apoio na rede regular de ensino e a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial realizada por Martins (2011), que revelou ausência de formação e de propostas governamentais que regularizem o cargo. Expondo também, que em alguns municípios os baixos salários, a sobrecarga de trabalho e a pouca valorização, revelaram a falta de condições para o modelo de inclusão escolar que está sendo difundido nas políticas educacionais.

Para trabalhar nesta função, 62,9% dizem ter realizado algum curso específico, enquanto 37,1% afirmam não ter sido exigência para o ingresso na função. Os participantes apresentaram como titulação: 6,5% Ensino Fundamental, 48,4% Ensino Médio (concluído), 24,2% Ensino Superior (cursando graduação), 9,7% Ensino Superior (concluído), 6,5% Especialização (concluída) e 4,7% designaram outros cursos, como de cuidador, técnico em enfermagem ou radiologia.

A legislação atual não determina qual a formação necessária para atuar nesta função, o que gera uma diversidade de entendimentos e ações nos municípios. Neste sentido, Lopes comenta que “apesar de não ser necessária uma formação acadêmica para realizar essa função, é essencial oferecer formações para que possam aprimorar a atuação” (2018, p. 124). Tal

aprimoramento é destacado por Lopes e demais autores (e.g. MARTINS, 2011) no sentido de garantir a qualidade técnica e segurança nos serviços desses profissionais referentes à alimentação, locomoção e higiene.

A seguir, serão apresentadas as categorias temáticas oriundas das respostas dos participantes.

Antes da pandemia

Para analisar a atuação dos Profissionais de apoio escolar durante o período de isolamento físico, decorrente da pandemia do COVID-19, foi necessário conhecer seu cotidiano profissional anterior a este período, para perceber o impacto das mudanças impostas pela situação pandêmica a esta categoria profissional no exercício de suas funções, bem como, os reflexos junto aos estudantes atendidos, conforme a visão dos participantes.

No ensino presencial, estes profissionais atuavam no apoio ao estudante com deficiência exercendo as seguintes atividades: a maioria, 88,7%, relatou que sua principal atividade presencial se referia a Higiene do estudante atendido, como por exemplo, na troca de fraldas, realizar ou orientar quanto a lavagem das mãos e escovação dos dentes, acompanhar ao banheiro e desfralde, entre outras. Na sequência, a atividade mais indicada foi a Alimentação, 87,1%, como por exemplo: alimentar o estudante ou supervisioná-lo enquanto ele realiza sua alimentação, foram as atribuições indicadas entre outras atividades relacionadas aos momentos das refeições.

A seguir, 82,3% indicaram a Locomoção como atividade de atuação, discriminada nas atividades de empurrar a cadeira de rodas, apoiar para que o estudante caminhe, levá-lo para a quadra, biblioteca e outros ambientes da escola, entre outras ações neste sentido. Depois, foi mencionada a Comunicação, 59,7% dos participantes relataram as atividades de incentivar que o estudante com deficiência se relacione com os colegas, apoiar o uso de Comunicação Suplementar e Alternativa, entre outras. Na sequência, a atividade mais mencionada, 32,3% foi dar medicamento desde que o estudante tivesse a receita médica. Ressalta-se que os profissionais realizavam várias dessas atividades com diversos estudantes no contexto escolar, dependendo da necessidade do aluno atendido, por isso, puderam indicar mais de uma atividade.

A atuação desse profissional na escola ou outro funcionário capacitado que atenda o estudante nas necessidades supracitadas é muito importante para a permanência e efetiva participação nas atividades escolares pelos estudantes com deficiências múltiplas ou que apresentam maior comprometimento. Neste sentido, Drago e Oliveira (2018, p. 131) destacam

que não cabe a responsabilidade deste estudante a um único profissional e sim a toda escola. Portanto, “a colocação desse profissional para atuar na escola deve ser considerada como mais um apoio e não o único ou exclusivo para a permanência da criança com deficiência no espaço escolar”.

Na sequência, 25,8% dos participantes indicaram que realizavam o apoio nas atividades escolares, como por exemplo: “a professora passava a atividade e eu ajudava o estudante a fazer, dentre outras tarefas afins”. A seguir, 21% responderam que “a professora da turma planeja uma atividade, material pedagógico ou recurso de Tecnologia Assistiva e me convida a construí-lo para que o estudante use em sala de aula”. Portanto, o cuidador e professor devem atuar em colaboração e configura-se muito importante contar com a orientação especializada do professor do Atendimento Educacional Especializado em todo o planejamento do atendimento ao estudante com deficiência. Desta maneira, para oferecer o apoio nas atividades escolares, o profissional deve estar devidamente formado para tal atuação e pesquisadores da área revelam a carência formativa para este exercício profissional, como aponta Bezerra (2020, p. 673):

Do ponto de vista legal e normativo, há um silenciamento quanto à formação exigida para desempenho do cargo, exercido por estudantes universitários ou mesmo por pessoas com nível médio de escolaridade. Tais circunstâncias desqualificam a formação especializada e o papel do professor da Educação Especial na promoção do ensino colaborativo, em nome de alternativas consideradas mais econômicas para as redes públicas de ensino.

Ou seja, a atuação do cuidador é específica para ampliar as oportunidades de participação dos estudantes com deficiências mais severas ou múltiplas no contexto escolar, voltadas às atividades de higienização, alimentação, locomoção e afins quando necessárias para este estudante. A atuação do Cuidador, jamais deve configurar-se como substitutiva à atuação do professor do AEE ou do ensino comum. Outrossim, este profissional deve atuar em parceria colaborativa com esses professores, específicas na sua área de atuação e sob a supervisão técnica do professor do AEE ou profissional de serviços de Tecnologia Assistiva, como fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais com experiência na área escolar inclusiva, por exemplo.

Dentre os participantes, 19,4% mencionaram que planejaram e construíram materiais pedagógicos ou recursos de Tecnologia Assistiva, como construir um material e usar com o estudante em sala de aula. Na sequência, 14,5% se referiram a preparar atividade para o estudante com deficiência, como por exemplo: elaborar atividade exclusiva para o estudante com deficiência e ajudá-lo a fazer em sala de aula. Também foi mencionado que “a professora

da turma me deixa livre para planejar e executar atividades com o estudante com deficiência”, com 11,3% respostas. Assim como, 9,7% indicaram que conversam e tecem orientações às famílias. A atuação ora mencionada se encontra em desacordo com a perspectiva educacional inclusiva. Estas atividades devem ser realizadas em parceria colaborativa entre o professor do AEE e do ensino comum, conforme a Resolução nº 4/2009 (BRASIL, 2009) e não ficar a cargo de um profissional sem a especialização necessária.

Ademais, foi dito por 3,2% dos participantes que realizam a interpretação das aulas e mediação de conteúdo para estudantes surdos. Devido a limitação do instrumento utilizado nesta pesquisa, que foi o questionário, não foi possível obter mais detalhes sobre, se eles possuíam formação para atender esta demanda. A interpretação em LIBRAS deve ser realizada por tradutor e intérprete devidamente capacitado (TILS). Importante ressaltar que em relação às atividades realizadas os participantes puderam indicar mais de uma ação.

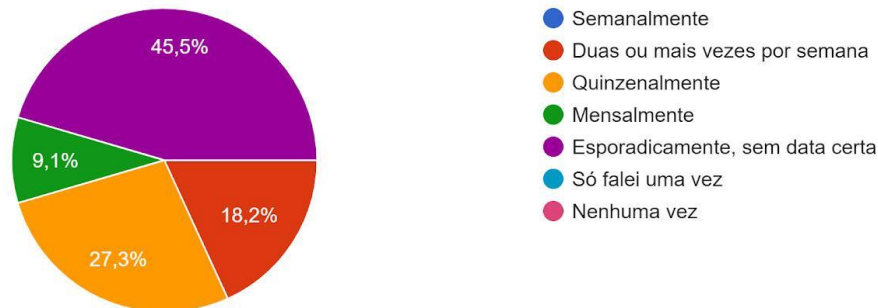
Durante a pandemia

Alguns participantes nesta pesquisa foram afastados das unidades escolares, não havendo obrigação da função do seu trabalho fora do ambiente escolar, assim, seu contato neste período com os estudantes e familiares deu-se majoritariamente por iniciativa pessoal, via aparelhos celulares. Esta categoria profissional também foi atingida pelo desemprego, segundo relato de participantes, alguns contratos de trabalho que se encerraram, não foram renovados, perante o advento da pandemia. Assim, 83,6% dos participantes afirmaram que não mantiveram o contato com os estudantes que atendiam, por não ser permitido, seja por motivos determinados pelas empresas, ética e regras de conduta do trabalho, ou por não terem o contato da família do estudante fora do ambiente escolar.

Conforme demonstrado na Figura 4, dentre aqueles que mantiveram o contato, que foram 16,4% dos participantes, 45,5% disseram ter sido esporadicamente, sem data pré-estabelecida; 27,3% quinzenalmente; outros 18,2%, duas ou mais vezes por semana; e 9,1% mensalmente.

Figura 4 - Frequência de contato com o estudante ou a família (n = 11)

Com que frequência você tem conseguido conversar com o estudante ou sua família?



Fonte: Elaborada pelas autoras

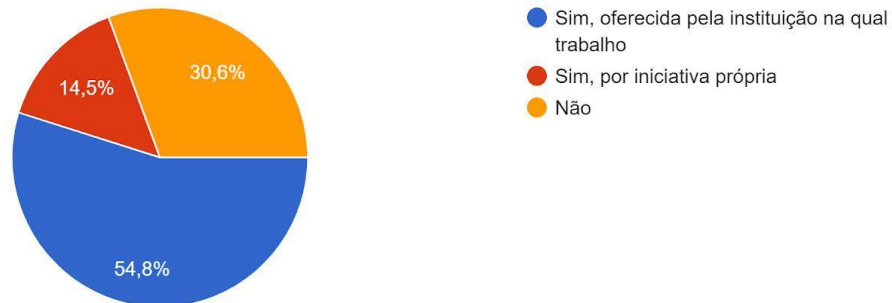
Segundo os profissionais, o assunto mais conversado entre eles e o estudante ou a família é a aprendizagem da criança ou adolescente. Assuntos sobre a saúde e bem-estar do estudante, também estão entre os mais mencionados, além do retorno às aulas e conversas sobre a temática da pandemia. Assim, 14,5%, relataram que passaram orientações às famílias sobre cuidados com a higiene e saúde, como o uso de máscaras, álcool em gel, orientação quanto a lavagem correta das mãos e objetos que tiveram contato com o exterior de suas casas, incluindo os recursos de Tecnologia Assistiva, como a cadeira de rodas, bengalas, andadores, pranchas de comunicação, entre outros, com o objetivo de proteção à saúde dos estudantes e seus familiares.

Apesar de poucos continuarem o contato com os estudantes anteriormente atendidos, os participantes responderam se mantiveram contato com os colegas de trabalho, 80,3% afirmaram que sim, sendo suas conversas sobre o tema da pandemia, saúde, volta às atividades e alunos.

Apenas 17,7% disseram receber algum suporte institucional para manter contato com os estudantes à distância, tendo destes, 12,9% recebido formação e 4,8% apoio com materiais e equipamentos; 82,3% revelaram não ter recebido nenhum suporte da empresa ou instituição na qual trabalha. Quanto às formações profissionais realizadas nesse período pelos entrevistados, conforme demonstrado na Figura 5, 54,8% realizaram cursos oferecidos pela empresa em que trabalham, 14,5% realizaram formação por conta própria e 30,6% responderam não terem realizado qualquer curso de formação profissional neste período.

Figura 5 - Participação em formações profissionais nesse período (n = 62)

Você tem participado de alguma formação profissional nesse período, incluindo as virtuais?



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Daqueles que o fizeram 91,5% afirmam terem gostado do curso realizado e 8,5% não gostaram. Os que afirmaram terem gostado, relataram que a participação na formação lhes trouxe uma ocupação mental, além de ampliação e aperfeiçoamento de conhecimento, bem como, ganho de experiência com a aprendizagem remota. Os temas escolhidos para as atividades formativas realizadas foram: sobre as deficiências; prevenção ao coronavírus; utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Educação Inclusiva, Tecnologia Assistiva, higiene, alimentação e locomoção da criança com deficiência; lazer, família e saúde mental. Neste sentido, os participantes expressaram que as temáticas elencadas vieram ao encontro das demandas do trabalho que efetivamente realizavam no ambiente escolar junto aos estudantes com deficiência atendidos.

Ao ser perguntado sobre suas preocupações nesse período, 82,3% têm a atenção voltada à própria saúde e de seus familiares; 64,5% com a saúde dos estudantes; 77,4% preocupam-se com a possibilidade do desemprego; 21% com a política; 75,8% revelaram preocupação com a volta às aulas e 1,6% sobre assuntos diversos. Entre as atividades que realizaram para tranquilizar-se, estão: atividades físicas, assistir a filmes e séries, leitura, música, serviços domésticos, evitando assistir noticiários, e na busca de conhecimento em como apoiar os alunos. Segundo documento do Observatório COVID-19 da Fundação Oswaldo Cruz, esta pandemia, produziu “repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias” (BRASIL, 2020).

Nesta perspectiva, considerando que estes profissionais, por exercerem prioritariamente funções de ordem prática, em algumas localidades os cuidadores foram demitidos e em outras afastados de suas funções, podendo, em decorrência dessas medidas, acarretar algum impacto na renda desse profissional e sua família. Sobre esta questão, os dados demonstraram que 32% tiveram pequena redução na renda. Para 21% a renda permaneceu a mesma, 26% disseram que não houve redução da renda, mas, tinham receio que isso pudesse vir a acontecer. Dentre os participantes, 19% mencionaram uma redução significativa na renda e 2% informaram perda total de renda. Neste contexto, nenhum participante se referiu a aumento salarial. A análise da atuação dos profissionais de apoio/cuidadores, não pode estar desvinculada das discussões acerca das necessidades da classe trabalhadora, pois “ao mesmo tempo que participam da promoção da inclusão escolar de estudantes com deficiências, necessitados de seus serviços, para manter a escolarização, eles sofrem a exclusão social decorrentes das mazelas da sociedade” (QUEIROZ, 2020, p. 234).

Planejamento profissional para a volta às aulas

Todos os profissionais da educação, incluindo os cuidadores escolares, só deveriam retomar as atividades presenciais mediante condições seguras, como o retorno após profissionais e estudantes encontrarem-se imunizados. Porém, houve pressão pela volta às aulas por alguns setores sociais, em muitos lugares, conforme noticiado por jornais de grande circulação como O Estado de São Paulo (2020), a Folha de São Paulo (2020) e o jornal O tempo (ALMEIDA, 2020), entre outros. Assim como, notícias divulgadas pelas frentes sindicais (APEOESP, 2021; SINPEEM, 2021, SOUZA, 2020;) e outras, o que ocasionou um debate e apreensão frente às demandas futuras desta categoria profissional e sua atuação junto aos estudantes com deficiência nas unidades escolares brasileiras.

Assim, a respeito do planejamento da volta às aulas, 61,3% dos entrevistados demonstraram dúvidas em como manter utensílios e materiais higienizados, 69,4% sobre como proceder na hora da alimentação, 80,6% apresentaram dúvidas se teriam os equipamentos necessários para sua proteção, 61,3% revelaram dúvidas na necessidade especificamente referente ao uso de luvas; 78,5% estavam preocupados em como ajudar as famílias para que os alunos com deficiência utilizassem as máscaras devidamente, 77,4% preocupados quanto à locomoção e a alimentação dos estudantes e, por fim, 32,3% em como realizar o descarte de resíduos no momento da realização da higiene do estudante. Em relação a esta temática, os participantes puderam assinalar quantas afirmativas achassem necessárias para expressar os

assuntos sobre os quais gostariam de obter mais conhecimentos, e que, conforme seu julgamento, refletirão na sua competência e segurança na volta às atividades presenciais.

Em relação a volta às aulas, no reexame do Item 8 do Parecer CNE/CP nº 11/2020, aguardando publicação em Diário Oficial, devido a circunstância imposta pela pandemia, recomenda que:

Todos os profissionais que atuam em unidades educacionais no atendimento e apoio especializado para o estudante com deficiência, na Rede de Educação Básica pública ou privada, nas instituições educacionais com o atendimento do público da educação especial, deverão utilizar a paramentação recomendada pelas entidades sanitárias preventivas do contágio do coronavírus, como as máscaras, luvas e avental, a assiduidade de limpeza das mãos, além de lhes ser garantido o acesso aos materiais de segurança sanitária; os estimulem ao cumprimento das recomendações para evitar o contágio pelo Covid-19, inclusive com a exigência de equipamentos de proteção individual para eles, seus professores e seus acompanhantes; assim estas atitudes poderão auxiliar como medidas preventivas e protetivas no retorno seguro dos estudantes ao contexto escolar e ao atendimento educacional especializado presencial (BRASIL, 2020).

Apesar dessa recomendação, o número de profissionais que possuíam dúvidas se lhes seriam fornecidos os equipamentos de proteção necessários para realização de seu trabalho, ampliando, na medida do possível, a segurança contra a contaminação pelo vírus, tanto para si quanto para o estudante, representou a maioria dos participantes.

Considerações finais

A pesquisa demonstrou as diferentes estratégias e as tomadas de decisões durante a pandemia ocasionada pelo COVID-19, quanto ao contato com o estudante e dos procedimentos que foram instituídos no retorno das aulas presenciais, bem como a oferta de formações/capacitações para esses profissionais, seja por iniciativa própria ou oferecida pela rede de ensino, para o trabalho deste profissional. Investigou também suas preocupações profissionais e pessoais decorrentes do período pandêmico.

O fato de somente 16,4% dos profissionais cuidadores manterem o contato com os estudante e/ou suas famílias, realizado de maneira informal, restringiu a possibilidade de acesso a orientações às famílias sobre cuidados com a higiene e saúde do estudante acompanhado, advindas da escola, como por exemplo o uso correto das máscaras, álcool em gel, orientação quanto a lavagem correta das mãos e objetos que tiveram contato com o exterior de suas casas, principalmente os recursos de Tecnologia Assistiva, como a cadeira de rodas, bengalas, andadores, pranchas de comunicação, entre outros, que são tocados pela pessoa com deficiência e seus familiares, bem como, orientações voltadas à higienização, que as pessoas que

precisassem sair de suas casas teriam que tomar ao retornarem, com o objetivo de proteção à saúde do estudantes e seus familiares.

Outra possibilidade de atuação de maneira remota, mencionada pelos participantes, seria a orientação voltada ao uso adequado das máscaras pelos estudantes com deficiência intelectual ou autismo, que assim como qualquer aluno, podem manifestar alguma forma de rejeição ao uso. Se por um lado cabe aos professores da escola, tanto do AEE como do ensino comum, a formulação das estratégias para orientações às famílias, por outro, como membro da equipe escolar, é papel do cuidador mediar o diálogo junto ao estudante visando a aceitação do uso da máscara. Em outras palavras, situações como essas requerem sempre uma atuação conjunta entre o cuidador, professor do AEE e família buscando promover o bem-estar do estudante atendido.

A visão de que a atuação deste profissional sempre caracterizou-se como eminentemente prática, nos seus saberes e fazeres, impulsionou que muitas redes de ensino optassem pelo afastamento deste profissional durante este período de isolamento físico decorrente da pandemia, podendo, com esta ação ter desperdiçado uma fonte relevante de disseminação de informação confiável para estes estudantes e suas famílias, oferecidas com uma linguagem acessível às famílias, decorrente do vínculo de confiança que estabeleceram previamente com este profissional. Neste sentido entende-se que os cuidadores poderiam ter atuado como multiplicadores dessas informações mencionadas, mediante formações recebidas, de maneira remota.

Conclui-se que poucos cuidadores permaneceram em contato com o estudante que atendiam e suas famílias no período pandêmico. Fato que pode ter ocasionado restrições às orientações e informações referentes aos cuidados com a higiene do estudante e sua família, podendo ocasionar agravos à saúde, que poderia ter sido realizada de forma remota pelo cuidador após receber formação adequada, disponibilizada pelas redes de ensino, sobre a temática. Este profissional poderia ter sua atuação potencializada ao receber supervisão do professor do AEE, seja no período de ensino remoto ou presencial, no contexto escolar, ampliando assim as possibilidades de parceria colaborativa com o professor do AEE e do ensino comum.

Sugere-se a realização de novas pesquisas dando voz aos profissionais de apoio escolar/cuidadores, com a participação representativa desses profissionais de todos os estados do país que contemplem sua atuação junto aos estudantes com deficiência em todos os níveis

de ensino, bem como analisem suas condições de trabalho e formação profissional frente a realidade social pós-pandêmica.

Referências

ALMEIDA, Jéssica, a pressão pelo retorno às aulas presenciais e os efeitos da pandemia na educação, Portal do *Jornal O Tempo*, Podcast Tempo Hábil, Contagem, Minas Gerais, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/podcasts/tempo-habil/a-pressao-pelo-retorno-as-aulas-presenciais-e-os-efeitos-da-pandemia-na-educacao-1.2371559>. Acesso em 12 nov. 2022.

APEOESP. Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Aumento de desligamentos por morte na educação chama atenção do DIEESE. *Notícias*. 30 de junho de 2021. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br/noticias/noticias-2021/aumento-de-desligamentos-por-morte-na-educacao-chama-atencao-do-dieese/#>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad: L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011 (Obra original publicada em 1977).

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: A problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. *Rev. Brasileira de Educação Especial*. Bauru, v.26, n.4, p.673-688, Out.-Dez., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382020000400673&tlng=pt. Acesso em 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. *Resolução n.º 4*, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 5 out. 2009.

BRASIL. *Nota Técnica n.º 19/2010*. Ministério da Educação. Brasília. 2010. Disponível em: <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-t%C3%A9cnica-n%C2%BA.-19-Profissionais-de-apoio.pdf> Acesso em: 30 mar 2022.

BRASIL. Decreto n.º 7.611/2011, Promulgado pela Presidência da República, Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 nov. 2022

BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 13.146*, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria N.º 343*, de 17 de março de 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de>

[2020-248564376](#). Acesso em: 15 nov. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia*. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pecp011-20/file>. Acesso em: 15 nov 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Reexame do Item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11/2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia*. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157681-texto-referencia-educacao-especial-revisao/file>. Acesso em 15 nov. 2022.

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz. *Impactos Sociais, Econômicos, Culturais e Políticos da Pandemia*. Brasil, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactossociaiseconomicos-culturaispoliticosdapandemia#:~:text=A%20pandemia%20de%20Covid%2D19,na%20história%20recene%20das%20epidemias>. Acesso em: 15 nov. 2022

BRASIL, Ministério da Educação. Inep. Notas Estatísticas: Censo Escolar 2021. Brasília-DF: INEP, 201. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2021>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

DRAGO, Silvana Lucena dos Santos; OLIVEIRA, Anna. Augusta. Sampaio de. (2018). Auxiliar de vida escolar: análise do Projeto Rede do município de São Paulo. In: OLIVEIRA, Anna. Augusta. Sampaio de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; PAPIM, Ângelo Antonio Puzipe (Org.). *Educação Especial e inclusiva: contornos contemporâneos em educação e saúde*. Curitiba. CRV, 2018, p. 111-135.

FOLHA DE SÃO PAULO, Volta às aulas em 8 de setembro vira incógnita em SP com pressão de pais e lentidão na retomada, São Paulo, *Educação*, 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/volta-as-aulas-em-8-de-setembro-vira-incognita-com-pressao-de-pais-professores-e-lentidao-na-retomada.shtml>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

LOPES, Mariana Moraes. (2018). *Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Campus São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9899>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GOMES, Claudia; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.12 n.1, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 1 dez. 2020

MARTINS, Silvia Maria. *O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95218>. Acesso em 15 nov. 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.11 n.33, set./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002. Acesso em: 1 dez. 2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Redação, *Saúde*. A flexibilização do plano de volta as aulas é

adequada? São Paulo, 07 de agosto de 2020. Disponível em:
<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,a-flexibilizacao-do-plano-de-volta-as-aulas-e-adequada,70003391858> . Acesso em: 12 de nov. de 2022.

QUEIROZ, Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de. *Comunidade colaborativa virtual: possibilidade formativa para os cuidadores escolares de estudantes com deficiência*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-28052020-173530/pt-br.php> Acesso em: 15 nov. 2022.

SOUZA, Táschia. *Pressão irresponsável por retorno às aulas presenciais coloca interesses econômicos à frente da vida*. Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. São Paulo. 24 de julho de 2020. Disponível em: <https://ctb.org.br/educacao/pressao-irresponsavel-por-retorno-as-aulas-presenciais-coloca-interesses-economicos-a-frente-da-vida/>. Acesso em 12 nov 2022.

SINPEEM. Visita do SINPEEM a escolas comprova situação inadequada para a retomada presencial. *Jornal do SINPEEM*. Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo. Edição eletrônica, ano 25, nº 190. São Paulo, Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/jornal22021.pdf>. Acesso em 12 nov 2022.

STAINBACK, Susan.; STAINBACK, Willian. *Inclusão: um guia para educadores*. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. *Fundamentos da defectologia*. Madrid: Visor, Obras Escogidas, v. 5. 1997.